

SOBRE O CONFINAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A LIBERDADE

Eduardo Yázigí*

RESUMÉ

Cet essai cherche à vérifier les effets généraux de la violence, de la misère et de la laideur, en tant que contraintes territoriales au tourisme. Tout cela, parait-il, a contribué à l'écartement du touriste, en raison de la perte de liberté. D'Autre part, vue la concurrence des autres pays ensoleillés, voire même la construction de plages virtuelles en boules, il se pose la question de la perte du cadre de vie, de la vie locale, comme aussi de devises.

A TENDÊNCIA ATUAL AO CONFINAMENTO

O confinamento territorial das classes médias e altas, urbanas, vem se verificando em alguns países, com gritante visibilidade no Brasil. Não falo de guetos, no sentido de proteção étnica que a sociologia costuma denominar, mas de várias formas de isolamento físico, de autodefesa de classes altas. As primeiras manifestações intramuros são dos anos 60, com a Granja Julieta e o Shopping Iguatemi, em São Paulo. Nas décadas seguintes, particularmente depois dos anos 70, essas formas vêm se multiplicando a granel, comprometendo, assim, os significados de cidade e metrópole. Os quadros se "completam" com o surgimento dos centros empresariais, dos bolsões residenciais, das ruas e vilas, fechadas com correntes, das cancelas, porteiras, guaritas...

Os clubes sociais, que já eram prática corrente do domínio fechado, multiplicam-se mais

ainda, como reafirmação à necessidade de lugar. Hoje se proliferam como forma sacramentada de lazer e desporto, a ponto de se tornarem coisa rotineira nos condomínios residenciais, antes só residenciais. É comum tais condomínios disporem de equipamentos desportivos (ou "healthclubs") e sociais, "playground" de crianças, saunas e outras comodidades. Do ponto de vista de seus usuários, é a melhor resposta que se consegue dar, face à violência, ao assédio sexual, à incapacidade administrativa de manter um meio ambiente agradável, à visão do indesejado convívio com a miséria. O Brasil já dispõe de um sofisticadíssimo "know how" em arquitetura, urbanismo, administração e policiamento, para "resolver" as atribuições da clientela. Isto acontece em incontáveis lugares (a classe média de São Paulo é a maior do Brasil) levando muitos possíveis usuários a optarem por esquemas mais seguros de vivência e lazer.

(*) Professor Livre Docente do Dep. de Geografia – FFLCH/USP.

No Brasil há uma ausência crônica de pesquisas de opinião. As que existem permanecem em circuitos fechados, mal chegando a ser divulgadas. Daí a necessidade de muita prudência em afirmações sobre o que as pessoas podem pensar ou desejar. Mas algumas constatações são óbvias e sabidas: as formas arquitetônicas e urbanísticas assinaladas nos ambientes intramuros dão maior segurança ao usuário que, em momentos de ausência, de uma casa, escritório ou loja, fecha a porta e vai-se embora, sem muitas preocupações com ladrões. Nesses lugares, até outras eventualidades, como o risco de um incêndio por exemplo, são minimizadas, graças aos dispositivos automáticos, aos treinamentos etc.

Paulo Renato Mesquita Pellegrino¹ fez um estudo comparativo da paisagem, entre um bairro periférico – Jardim Imperial – e o colossal empreendimento vizinho, denominado Alphaville, em Barueri, São Paulo. Ele nos relata a paisagem intramuros, onde, apesar da mistificação da mesma, dos engarrafamentos para se chegar a São Paulo e do tédio social, o condomínio ainda é considerado opção válida. Se ao usuário, o confinamento traz algumas garantias de segurança e relacionamento social com os parceiros da mesma categoria, a cidadania é colocada em xeque, e parece adquirir um sentido que subverte as concepções dos melhores teóricos de cidade. Desde então, questões como o direito de ir e vir, de permanecer e de direito ao entorno ficam restritas a um microcosmos ou a ideais teóricos. Não se pode mais dispor da cidade. *Poder se puede, pero no te dejan.*

Esse confinamento que soe acontecer na vida cotidiana dos habitantes da cidade grande, como não poderia deixar de ser, se reverbera no turismo e carimba visivelmente o lugar. Claro que nem sempre foi assim, nem tudo ainda se consumou. No entanto, perceber tendências corres-

ponde a grandes alertas, quando se pretende modificar a realidade com reformas políticas e planejamento. No entanto, antes de definir as principais formas de confinamento turístico é preciso fixar muito bem o que foi uma situação anterior de não confinamento. Pode-se fixar até os anos 50, um tempo em que falar de confinamento seria prudência exagerada. O turismo podia acontecer em quase todos lugares, era só ir ao encontro de um núcleo urbano, da paisagem que, apesar de modificada pelos históricos ciclos econômicos do Brasil (cana-de-açúcar, café, mineração etc.), tinha uma continuidade, onde a liberdade de circulação só era interrompida ocasionalmente: falta de estrada ou outro meio de transporte; presença de tribo indígena, acidentes geográficos intransponíveis, lugares insalubres... coisas que para muita gente aumentava ainda mais o desejo de fazer turismo! Quando uma unidade de paisagem era bonita, era bonita em toda sua extensão que podia ter dezenas, centenas de quilômetros com as mesmas virtudes. Assim era a menos privilegiada, hoje em dia, Praia Grande no litoral sul de São Paulo. Ainda era possível ir ao encontro de cidades sem o primado do carro e da violência. A arquitetura era grandemente preservada, devido a menor especulação imobiliária ou indisponibilidade de novos materiais e tecnologias no mercado. Ainda mediava um estilo de vida tradicional.

Imaginar o resgate deste padrão de turismo não pode pertencer ao rol de preocupações de quem jamais conheceu o que isto foi: não se consegue desejar o que nunca se viu. Quem nasceu no confinamento não imagina o que é a liberdade de circular em quase todos lugares. Mal e mal alguma documentação fotográfica dá uma idéia da extensão das unidades de paisagem. Mas

(1) *Paisagens Temáticas: Ambiente virtual.* Tese de doutoramento junto à FAUUSP, São Paulo, 1995.

os viajantes da primeira metade deste século não poupam visões de fascínio. Em nível mundial, a *National Geographic Magazine* constitui um excelente documentário das transformações paisagísticas: é só ter a paciência de folhear sua coletânea através das décadas, e que contemplam o Brasil. Os geógrafos, melhor do que ninguém, conhecem o significado de espaço, de como interage com o meio social e econômico.

O CONFINAMENTO DO TURISMO

Tanto quanto o lazer, o turismo também vem registrando confinamentos e aqui é importante conhecer suas principais manifestações para melhor entender o fenômeno. O confinamento territorial do turismo pode ser entendido como uma extensão contínua de interesses, um microcosmo, no perímetro do qual tem de se dar a vida turística. Que alguns outros preferem chamar de bolha. As razões do confinamento são múltiplas e não só de segurança. Alguns países, seguramente devido a condições econômicas, sociais e culturais excepcionais, conseguiram manter a unidade e conservação de grande parte da paisagem. Resulta que, nesses sítios, quase qualquer lugar desperta interesse turístico, se não para o estrangeiro em busca de excepcionalidades, pelo menos para o nacional ou regional, que tem sensibilidade para pequenas coisas do cotidiano. Banalidades que em muitos outros países se tornaram raras, devido ao desleixo ou padrões modernos de ocupação do espaço.

Pequenas coisas podem ser meras reminiscências das formas da cultura tradicional do local: um painel pintado à mão; arquitetura não comprometida com "imposições" do mercado e dos modismos; maneiras camponesas de resolver um jardim e assim por diante. Em outras pa-

lavras, trata-se de lugares extremamente singelos, sem atrativos especiais, que acabam por despertar interesse justamente pela singeleza! Num mundo cada vez mais globalizado, em que padrões externos (e de ninguém), chegam como ameaças aos padrões locais, só mesmo uma cultura local férrea pode resistir. Aliás, é justamente por falta de resistência cultural, que se aceita o espírito de cópia vulgarmente chamado de *Maria vai com as outras*. Um folclore generalizado nas administrações municipais. Falta de maturidade cultural entendida no sentido de falta de afirmação dos valores tradicionais, cuja eficácia embora comprovada, cede às opiniões de mercado de origem estranha ao grupo. A cultura material era povoada de itens e mais itens que perdem lugar.

Na arquitetura, tudo isto é particularmente gritante: esquadrias de madeira substituídas por alumínio; telhados antigos por pré-fabricados... Entretanto, nem tudo é por culpa da globalização: há outro tipo de ignorância, simplesmente devido a ausência de cultivo pessoal e grupal, que tem a incrível capacidade de desfigurar paisagens seculares com edificações de prédios onde não convinha; de misturar indústrias e galpões de depósito com conjuntos arquitetônicos de interesse, de abusar de publicidade, inclusive (por vergonha) tapando fachadas antigas com materiais plásticos padronizados... Sem falar do pixo, esse borrão que se estende por todas as cidades do Brasil... Tudo isto cria zonas hostis à idéia de turismo e são formas de auto-exclusão. Além da paisagem (natural e construída), importante para o turismo, como assinala em outro trabalho², o próprio estilo de vida das pessoas, os canais de troca e uma condição social não conflitante se alinham entre grandes propulsores do turismo.

(2) YÁZIGI, Eduardo. A personalidade do lugar no planejamento do turismo. In CORREA, Tupã (Org.). *Turismo e Lazer*. São Paulo, Edicom, 1995.

No entanto, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, com violência, miséria, feiúra fabricada, incapacidade técnico-administrativa e até insalubridade forçam o surgimento de bolhas, como uma solução possível de vida para quem tem dinheiro. O Brasil é composto de milhares de municípios, onde a ausência de parâmetros de afirmação da cultura local faz de muitos deles verdadeiras frentes de vandalismo. E não deixa de ser curioso notar a contradição, de que nem toda afirmação da cultura local é aceita no padrão internacional: há limites além dos quais a afirmação cultural de um grupo pode ser taxada de fanatismo, mas isto é uma outra história. O confinamento é uma barreira que serve para evitar conflitos maiores. É a separação da barbárie. Mas não em tudo. Mesmo no interior das zonas turísticas, há um nível incontrolável de incômodos, representados por meninos de ruas que cercam os turistas de todos lados; por guardadores de carros; limpadores de pára-brisas; abusos comerciais... quando não de assaltos e assassínios. É uma espécie de pacto mal resolvido, onde se pretende explorar o turista ao máximo, como se fosse um salvador eternamente indulgente... Por conta do âmbito dessas ações, as cidades do Brasil são de uma transparência cristalina, na medida em que do exterior qualquer um pode ler o que se passa atrás de uma fachada ou de um limite imaginário: eles trazem todos signos do usuário. A arquitetura e o urbanismo são guias inequívocos do território turístico.

Didaticamente, o confinamento teria estas principais formas físicas:

a) **O confinamento em marinas e grandes complexos** ao estilo do Club Mediterranée (Itaparica, Bahia e Rio das Pedras, Rio de Janeiro), onde o *village* ou o conjunto é recriado segundo os padrões de um ideal de lazer, arquite-

tura e urbanismo: ruelas, comércio, assistência médica, igreja, cursos, esportes de quase todas modalidades, creches, bailes, festas com animação e outros itens deixados à imaginação de seus criadores. Esta modalidade de turismo é anterior à escalada do confinamento no Brasil; já existia em muitas outras partes do mundo, como ilha de fantasia, mas que aqui, devido à violência ou à paisagem-tornada-desinteressante, encontra fortes razões para sua reafirmação. Não deixa de ser notável que de todos os Clubes Mediterranées do mundo, o Brasil seja aquele que concentra o maior número de nacionais em detrimento dos estrangeiros. No exterior (Tunísia, Tahiti etc.) é o inverso: predominam os estrangeiros. Quem vai para o Mediterranée da Bahia vai para um clube internacional e não para a Bahia. O confinamento paradisíaco é o seu principal *leitmotif*;

b) **O confinamento em hotéis** se acentuou muito no Brasil. Enquanto que em muitos países o hotel é um ponto de apoio para o turismo, aqui ele é quase que a única finalidade. Quanto mais “coisas para se fazer” num hotel, melhor. Hotéis muito confortáveis, situados em locais já não muito especiais, com lotação garantida durante quase todo o ano, são indicadores de sua autonomia turística. Vai-se por causa do hotel e nada mais; o resto é casual. Hotéis-fazenda e algumas redes estão se especializando em proporcionar programação que justifique deslocamentos até em tempo de chuva. Muitos se localizam em beira de estrada, mas sem a conotação de motel, tanto no sentido originário de pernoite do motorista, como no sentido atual de encontros amorosos. Muito pelo contrário, buscam famílias, grupos em convenção religiosa, cultural ou profissional. É uma opção de escape do cotidiano para os que não dispõem de residência secundária;

c) **O confinamento em zonas turísticas** representa a mais importante das preocupações deste artigo. Até então falei de confinamentos do espaço exclusivamente privado, ainda que inseridos em meio a lugares povoados ou públicos, como uma praia. O confinamento turístico, nas chamadas zonas turísticas, é, lamentavelmente, um equivalente potencializado da aberração da chamada “rua de lazer”, em que a vida é compartimentada, inventada, mal resolvida com o cotidiano das pessoas. Uma zona turística costuma ser uma extensão territorial com atrativos das mais diferentes naturezas: paisagem natural e construída, monumentos, residências, curiosidades, equipamentos em geral, animação em estabelecimentos de alimentação, jogos, bebidas, danças etc. Numa cidade como o Rio de Janeiro ou Salvador, tudo isto é facilmente cartografável e só através da cartografia é que um estudioso se dá conta do que sejam manchas urbanas do confinamento: quanto menor a proporção de território “turístico” em relação ao conjunto da malha urbana geral, maior o grau de confinamento. Aliás, alguns jornais da França e outros países tem publicado o “novo mapa turístico do mundo”, cartografando principalmente zonas de risco devido à violência bélica.

Durante a ECO 92, o Rio de Janeiro pré-definiu limites de circulação claramente: onde o turista pode andar livremente é território confinado e se opõe ao resto. Praias, zonas históricas, pontos turísticos como o Corcovado são territórios do turismo, mas o resto, normalmente não. Eventualmente, sai-se desta esfera em busca de uma pessoa ou coisa específica. O oposto do confinamento seria a fluidez territorial total. Desde que se fala em **zona** turística, a exclusão é inevitável. Donde, tentar conquistar um tipo de turismo não alienante, isto é, passando pelo cotidiano e trabalho das pessoas do lugar, se afigura,

nestas condições, como missão perdida. Os teóricos em memória social terão feito teorias por fazer. As condições sócio-econômicas do país, responsáveis pelo abismo entre as classes, são responsáveis pelas divisões territoriais, pela falta do mínimo grau de homogeneização. A cultura, relegada a produto de consumo – e não aquele sentido tradicional de resolver problemas – gera todo tipo de aberrações, desde a pauperização da paisagem ao desvirtuamento de um modo peculiar de resolver a vida. O que poderia interessar ao turista permanece separado no espaço e no que isso implica. O Brasil inteiro está se configurando nesta divisão territorial, até mesmo um núcleo inteiro que foi tombado e hoje se rodeia da mais sórdida pobreza: Parati & Ilha das Cobras; Ouro Preto e adjacências... A zona turística representa o que sobrou de um território outrora inteiro.

d) **O confinamento por segregação social.** É talvez, o mais grave. Sabe-se que até o surgimento da indústria automobilística no Brasil, o turismo era privilégio quase que exclusivo de classes muito abastadas. Até então, estas podiam eleger como local de turismo ou residência secundária, inúmeras extensões ainda conservadas e atrativas. Com a popularização do turismo, nele se entendendo formas conflitantes no entendimento da civilidade, surge o nomadismo das classes mais ricas, que vão fugindo das ocupações populares; escapa-se de Santos ao Guarujá; do Guarujá para o litoral Norte; daí para Laranjeiras ou Angra dos Reis, onde encontra-se o movimento descendente do Rio de Janeiro... Nem sempre podendo ir mais longe, para fins de residência secundária, recriam-se condomínios fechados, onde são possíveis de serem inventados.

Em geral, mas não sempre, a escolha dos melhores territórios deixa como opção aos demais, sítios menos favorecidos. Mas também é

preciso reconhecer, inequivocamente, que as formas populares de ocupação são as mais destrutivas por duas razões básicas: 1) a conservação de grandes extensões é incompatível com o parcelamento do solo: nem mesmo exagerado, mas simplesmente mediano e, 2) as atuais soluções arquitetônicas e paisagísticas de camadas de poucos recursos são comumente reconhecidas como penosas. Não se deve fazer uma leitura fácil, que se trata de impedir pobres e facilitar ainda mais a vida dos ricos. Pelo contrário, parece que uma das soluções estaria na construção da cidadania plena, inclusive pela incorporação de valores através da educação, mas não só com ela.

O uso do solo na Serra do Itapeti (Mogi das Cruzes, São Paulo) e Ilhabela (São Paulo), projetos que tive a ocasião de liderar, tiveram todos, pelo menos originalmente, de garantir a conservação pelo não parcelamento excessivo. Esta era a opinião unânime das equipes. Assim, a necessidade de terreno acima de determinada cota, chegava a 50.000 metros quadrados para se construir uma simples casa. Obviamente, se se admitissem lotes de 250 m², uma única fração daria origem a 200 pequenos lotes ou um pouco menos. E onde só fossem selvas, apareceriam desmates para o número correspondente de casas (que nesta metragem teria de ser total), sistema viário, alterações obrigatórias no relevo (e possíveis erosões) para permitir o sistema viário... O litoral quase que inteiro do Espírito Santo é prova disto, da degradação da paisagem. Não é o lote que tem de diminuir, mas a renda e a cultura que devem subir. E para tornar a idéia mais precisa em sua complexidade, lembro de muitos casos em que a ocupação feita por altas camadas, em grupo ou isoladamente, redundava na mesma descaracterização da paisagem. A implantação de muitos loteamentos ditos de alto nível provocou devassa na paisagem natural.

Outro exemplo cristalino dessas idéias pode ser conferido na visita a dois lugares vizinhos: o Condomínio de Laranjeiras e sua praia vizinha, Trindade, ambos em Parati, Estado do Rio. Os dois, com as mesmas virtudes paisagísticas, tiveram suas ocupações por gente de fora, a partir da mesma época, ou seja, do início dos anos 70. Trindade ainda teve a chance de contar, entre seus defensores, personalidades significativamente preservacionistas. O primeiro conseguiu padrões excelentes de preservação; o segundo deteriora-se visivelmente, a cada temporada.

Afirmarões deste tipo merecem explicação clara: o populismo cego pode criar obstáculos ainda maiores à questão da ascensão cultural, se não denunciar e trabalhar seus modos predatórios, ao mesmo passo que luta pela conquista da cidadania plena. Incontáveis civilizações foram preservacionistas sem serem elite. Hoje em dia se verifica que dificilmente se consegue preservação fora de um certo tipo de elitismo. Foi o que, aliás, afirmou o Professor Michel Rochefort numa de suas palestras no Brasil: a elite tem um papel fundamental na preservação e não foi sem isso que se logrou a manutenção do Esterel (França). No Brasil, vimos assistindo a fatos semelhantes. O que se consegue preservar? Reservas (e nem sempre indenizadas) pelo Estado e fechadas a sete chaves para impedir a entrada do vândalo popular, como por exemplo na Juréia, no Estado de São Paulo; Condomínios de elite, do gênero Laranjeiras ou, ilhas inteiras, que são formas de confinamento geográfico, de acesso dificultado. No caso da criação da Reserva Estadual de Ilhabela, que tive a ocasião de ser co-autor, foram necessárias várias reuniões de acerto com os latifundiários locais: ricos, eles queriam um lugar paradisíaco, onde pudessem ter lazer e passar a velhice. Tão só por isso deram seu apoio político que culminou com a assinatura do decreto de criação da Reserva Esta-

dual de Ilhabela, por Paulo Egydio Martins, em 1976. Trata-se de um caso claro que a solução parece estar no aumento do padrão cultural e econômico do cidadão brasileiro em sua totalidade. Entenda-se também que ambientalistas bem informados são manifestações de outro tipo de elite, a do pensamento. Elite vem do francês, *élite*, que significa o que há de melhor. Do mesmo modo, um índio, por ter uma inteligência da vida selvagem que nós não temos, pode ser mais elitista que nós mesmos e portanto mais autorizado a explicar como se preserva. Quem afinal preservou o continente por dezenas de milhares de anos, apesar de um deslize ou outro?

A Riviera de São Lourenço, em Bertioga, é uma dessas formas de conciliar status, turismo e proximidade do local da residência principal. Suas porteiças permanecem fisicamente abertas, o acesso de qualquer cidadão fica sujeito a controle. Barreiras psicológicas que muitas vezes são mais rígidas que as físicas. Veja-se que não pretendo questionar o direito de quem quer que seja de escolher sua forma de lazer. Mas não posso me abster de lembrar que, no conjunto do território, esses confinamentos representam conflitos não resolvidos que somam a tantos outros do país. O refúgio de uns, excluindo outros, confina-os, chegando às formas já comuns de "terminais populares". Ou seja, construindo mais e mais um país altamente confinado do ponto de vista econômico, social e cultural.

e) O confinamento pela violência

Na realidade, a necessidade de autodefesa é igualmente responsável pela criação, não só de um tipo brasileiríssimo de arquitetura, como pela existência de outros tipos de confinamento. As estatísticas revelam lugares onde a violência é mais comum, no entanto, ela não se contenta com um território fixo; não se sabe jamais onde vai acontecer. Neste sentido, os territórios situados

fora de algum tipo de proteção intramuros ou altamente vigiados, isto é, a esmagadora maioria do espaço público, é que ficam mais vulneráveis. Desde então, até bairros ricos são suscetíveis de assédio violento. Como o controle normalmente tem horas de relaxamento, o momento do dia, ou o dia da semana podem invalidar o livre trânsito: quem se responsabiliza por alguém que resolve passear na Praia de Ipanema à noite?

Até há pouco tempo, era costume revidar-se a questão da violência dizendo-se que *em muitos outros lugares do mundo é assim...* É justamente isto que o banditismo quer. O grande perigo é o de ficar-se numa aceitação resignada. Entretanto, este tipo de argumentação perdeu sua razão desde que, por exemplo o Prefeito Giuliani de Nova York conseguiu baixar os índices de criminalidade.

De que adianta uma propaganda mostrando um Brasil eternamente sorrindo, se o público brasileiro vê o contrário em seu cotidiano e se o estrangeiro anda muito bem informado sobre a verdade dessa questão?

f) **O confinamento de acidentes geográficos.** Inicialmente, um diferencial da natureza como Foz do Iguaçu se apresenta como opção turística. A atração gera prestação de serviços, comércios... uma cidade. O resultado é o confinamento do turista, restrito ao acidente geográfico e ao hotel, talvez de luxo, que lhe dá apoio. A cidade é tão repelente que todos chegam a comentar. E então, ao invés de reter o turista por outras razões (nem todos querem jogar no cassino do lado exterior), uma vez visto o que tem de ser visto, vai-se embora. Em geral chega-se num dia e volta-se no outro. A menos que se fique "para curtir o hotel"... Caldas Novas, em Goiás, é outro exemplo típico de primazia do fator geográfico, as águas quentes que deram origem às famosas piscinas. Criou-se um verdadeiro complexo hoteleiro e de diversões atrelados a este fato, e de

cujos arredores nem se ouve falar. Tudo se passa no interior de microcosmos.

Já o Pantanal, ainda mantido em boas condições, pode ter seu confinamento decretado com simples rodovias que eventualmente venham se construir para "seu turismo"... A razão é simples: toda estrada é indutora da urbanização e só uma administração férrea e repressiva pode impedir que assim não seja. Em conseqüência, na atual conjuntura, permitir mais estradas no Pantanal é abrir às portas à ocupação *sabe Deus de que tipo...* As pessoas e empresas vão se instalando e em pouco tempo só sobram alguns pontos, os de confinamento. Até a década de cinqüenta, o Brasil central era coberto por imensas extensões do cerrado que mais ao norte encontravam as franjas da floresta amazônica. A Belém-Brasília que cortou regiões outrora cantadas em poemas e lendas é hoje a concretização de um dos piores tipos de ocupação que tivemos: a urbanização faroésica em que a estrada vira avenida principal, em que pioneiros, por serem pioneiros, fazem o que querem como querem. E a malfadada Transamazônica com todos seus estragos? Não que o progresso deva ser impedido, mas sim questionado. Não se deve opor conservação a desenvolvimento. A conservação é premissa; só há progresso com conservação. E,

g) O confinamento pela feiúra

Considero muito estranho a ausência deste tipo de consideração na maioria dos textos que tratam do planejamento. Usualmente, são os arquitetos que, timidamente, se atrevem a dar algumas opiniões. Perde-se de vista que uma boa arquitetura ou um bom urbanismo estão entre os itens que mais promovem a dignidade da vida material. Enquanto que as críticas às artes visuais em geral são bastante comuns, fica o ranço proverbial de que política, religião ou gosto *não se*

discutem. Política e religião ocupam espaços jamais vistos, em toda mídia. Se o gosto particular é assunto de cada um, o da esfera pública não o é. O desdém por esta questão, a ignorância do peso deste fator, são responsáveis por indizíveis extensões de degradação do território urbano e rural. Não cabe aqui resumir o que seria um tratado na reversão do fenômeno, mas simplesmente dar o peso que merece na análise, enquanto fator de repulsão, primeiro do próprio cidadão e depois do turista.

Além da absoluta ignorância de princípios universais, como unidade-ênfase; harmonia, ritmo etc., sobremodo manifesta em superfícies urbanizadas, a questão se agrava com outros procedimentos desconsiderados pela gestão pública. Miséria, ganância, ignorância e desrespeito pelo outro são a base da pirâmide encimada pela feiúra. Quatro fenômenos que têm de ser equacionados pelo poder público, porque são equacionáveis por um projeto social. O que não daria para equacionar seria o desejo de um Natal com neve em Copacabana. Não é em termos de produção de espetacularizações (elas mesmos sempre confinadas!), mas por conta do cotidiano urbanamente mal vivido que a feiúra se coloca.

Os quatro fatores se traduzem, principalmente, na baixa qualidade da arquitetura, mal resolvida como solução técnica, formal e material: é feita de refugos e sem acabamentos. Como a unidade não foi prevista pelo processo de planejamento, cada um faz o que quer e como quer: privados e até concessionários do Estado. As conseqüências urbanísticas e paisagísticas não poderiam ser piores: fachadas descuidadas e sem relação de vizinhança; emaranhado de fiações aéreas; excesso de publicidade; falta de pavimentação; baixa manutenção das vias públicas; falta de arborização são cenários de fundo para a miséria humana, encostada ao campus da Universidade

de São Paulo ou do central bairro da Bela Vista, (para não falar apenas dos remotos subúrbios). A cidade é um rendilhado de alternâncias de níveis de renda. O quadro é vivificado pela população de sargeta, presente até na Manhattan paulistana. O que é preciso mais dizer?

Mas a propósito, o que pode o confinamento gerar em matéria de turismo? Quais são as tendências?

A REALIDADE VIRTUAL

A moda começou com o computador, mas como tudo hoje em dia, passou dele para a vida cotidiana de muita gente. Esta voga permite uma viagem como o vício solitário (...) em que o indivíduo adentra em imagens e emoções de qualquer tipo de aventura. Pouco tempo depois, em meados desta década de Noventa, os japoneses lançam uma praia tropical no próprio Japão: luz estudada; clima de conforto universal controlado (aproximadamente 25 graus); ondas artificiais (já existentes em Brasília desde longa data); decoração tropical... Quantos ingredientes faltam? Quanto custa criá-los, quanto rendem? A tecnologia não tem limites. Apenas o movimento ambientalista, sempre em busca da vida natural, poderá se opor (opor ?) a esta modalidade de solução. A praia japonesa parece ser a "síntese" de um estilo de turismo, assim como Disneyworld é "síntese" de várias outras coisas: cidades do mundo inteiro; aventuras; fantasia... Turismo é essencialmente território e movimento. Se não houver deslocamento, não há turismo. Não? E quem da praia japonesa está preocupado se é ou não é? Quem pretendesse desenvolver uma epistemologia do turismo vai ter de rever muitos pontos, porque muitos, instados a não partir, terão perto de si "tudo o que precisam". Antes de uma epistemologia do turismo é indispensável estudar... o que definem o sentido da própria vida.

SOBRE O CONFINAMENTO E A LIBERDADE

O confinamento de que falo, com ou sem barreiras visíveis, significa antes de mais nada circunscrever o âmbito, os limites do turista. Lugar consentido, programado, vigiado, decorado. Todos devem ter o mesmo patamar cultural e social: troca só com os semelhantes. Veja-se que a liberdade de relacionar-se com pessoas que pensam de modo semelhante também é uma liberdade, quase que universalmente reconhecida. O que está em questão é a impossibilidade de trânsito social. Desta forma, como que obriga o visitante a relacionar-se apenas com aquilo que é proposto naquele microcosmo. Se admitirmos que a cultura de um povo está inscrita numa territorialidade que transcende a *zona* turística, que as paisagens são muito mais do que o existente no confinamento, o turista então vê suas possíveis trocas limitadas. Se o confinamento residencial ou de lazer tornou-se não uma opção, mas a única via do brasileiro médio, para muitos estrangeiros é uma aberração do turismo. Se o habitante de uma Alphaville não tem outra escolha, muitos turistas têm. O nacional pode – alguns – evadir-se para outro lugar, o estrangeiro pode não vir.

Poucos teóricos do turismo têm colocado a seguinte questão que poderá ser um traço do futuro: "Se posso encontrar tudo o que preciso num microcosmos do tipo praia japonesa perto de mim, porque então ir tão longe, gastar mais, correr riscos?" Para outros pode significar frustração: há quem não se contente com este tipo de praia e acaba mudando o destino por várias naturezas de desinteresse. Entenda-se que enquanto estamos longe de conquistar os chamados direitos de segunda e terceira geração (direitos sociais e direitos ambientais & do consumidor, respectivamente) para o estrangeiro de Primeiro

Mundo, submeter-se a confinamentos pode ter significado de perda de valores que seu povo já conquistou há muito. Nossa teoria sobre o turismo no Brasil ainda não chegou ao refinamento de estudar mais profundamente a questão da opinião do estrangeiro. No início de 1998, a Embratur divulgou sumariamente uma enquete: os estrangeiros condenariam em primeiro lugar a sujeira, depois as misérias das ruas. As confidências que alguns comunicam costumam ser vergonhosas no tocante aos reflexos econômicos sobre as classes sociais, à condição das crianças etc., ao mesmo tempo que podem se desmanchar em elogios à simpatia e ao calor das pessoas em geral. Ou seja, uma nítida diferenciação entre o público e o privado. É preciso muita cautela com a opinião de personalidades (políticos, artistas) que declaram com muita facilidade sobre supostas virtudes do lugar. São recebidos com tapete vermelho, flores e banda, tudo do melhor. A opinião se generaliza...O que nos resta propor? Simpatia, mulheres, sol? Não somos os únicos a possuir isso. Cultura – qual cultura, a importada? Escola de samba no morro ou a fabricada para o turismo? Como fica a liberdade? Vai-se ao morro ou não?

Conseqüência de ocupações imediatistas, tem-se um território cada vez mais desinteressante que desmotiva qualquer incursão de caráter turístico, pelo menos em seu sentido de desfrutar de bons momentos e conhecimento das pessoas do povo. Jamais ouvi falar de alguém que tivesse ido fazer turismo em Perus, Nilópolis ou Cubatão. Porções cada vez maiores são subtraídas dos territórios de cidades e campos. Subtraídas, neutralizadas, violentadas, enfeidadas com erosões, estepeizações da paisagem, construções inoportunas... Por trás disso tudo pode-se alegar um sistema econômico voraz. Pode-se também falar – mais uma vez – de uma cidadania que não consegue avan-

çar. Qualquer assunto pertinente ao país num momento ou outro desemboca, necessariamente, na reforma social.

Quem não quer atentar para esses argumentos alega que o turismo anda bem, que as perspectivas são ótimas (todas previsões otimistas do tempo de lançamento da Embratur falharam profundamente). Talvez, o Brasil continuará ganhando com o turismo, pois há modalidades que transcendem qualquer crise. Ninguém se poupará de realizar um negócio num lugar porque a paisagem está estragada ou deixará de cumprir promessa em Aparecida porque os camelôs aviltam o adro. O turismo de negócios ou religioso são confinados por natureza; o que poderia acontecer e não acontece são extensões no tempo e no espaço de suas viagens, por inexistência de vizinhanças interessantes ou pelo confinamento criado. No entanto, pode-se pensar em alguns tipos de indagações: será que o turista brasileiro que viaja para o exterior (hoje são milhões) não percebeu uma outra ordem de coisas: maior liberdade de movimento, preços razoáveis, não confinamento – salvo um ou outro ponto tido como desaconselhável? Será que a desistência do Brasil, alimentada por reportagens no exterior não significa perda de divisas? O turista perde, a comunidade perde.

Finalmente, mais alguma rejeição sobre o confinamento do turismo, que até hoje não teve ocasião de encontrar bibliografia específica. Jamais antes se falou e se produziu tanto texto e tantas ações em nome do social. O mundo possui quase seis bilhões de habitantes e não se pode esperar que todos pensem e ajam da mesma maneira. As respostas desta e de todas outras questões do mundo estão nisto: o que se espera da vida nesta terra. O confinamento consciente, qualquer que seja sua forma, escolhido entre outras possibilidades de ser, é um direito universal. Mas não

é deste confinamento que este ensaio trata, mas daquele que é forçado pela exclusão e que rebaixa a cidadania. O confinamento remete à questão última que é a da liberdade e de como ela deve convir para que todos sejam cidadão em igualdade de oportunidades. É mais uma de tantas outras ques-

tões levantadas pelas ciências humanas que têm de ser resolvidas no contexto de um projeto nacional.

Penso que o turismo seja um excelente pretexto para elevar o padrão de vida das populações.